



■ Presidente p.4

“Deveríamos estar a aproveitar a conjuntura externa favorável para crescer”



■ PSD p.8

Um país “sem rumo e sem estratégia”

POVO LIVRE



n.º 1942

2 de novembro de 2016

Diretor: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
n.º 105690 - Propriedade: PSD

OUVIR OS PARCEIROS SOCIAIS



■ O presidente do PSD esteve na abertura das “Jornadas Consolidação, Crescimento e Coesão” em Albergaria-a-Velha



Jornadas Consolidação, Crescimento e Coesão em Albergaria-a-Velha

Ouvir os parceiros sociais

Pedro Passos Coelho anunciou que vai ouvir todos os parceiros sociais sobre as propostas “de natureza estrutural” a apresentar na discussão do Orçamento do Estado de 2017. O presidente do PSD falava na abertura das “Jornadas Consolidação, Crescimento e Coesão”, dedicadas ao Orçamento do Estado 2017, em Albergaria-a-Velha (distrito de Aveiro), terça-feira, 25 de outubro.

“O PSD apresentará algumas propostas de natureza estrutural, nomeadamente sobre como consolidar as contas públicas, sem ser através de impostos indiretos, e como atrair mais investimento externo, e vai pedir um encontro aos parceiros sociais para os ouvir”, anunciou.

Passos Coelho tem dúvidas de que a maioria parlamentar venha a acolher as propostas que o PSD vai apresentar, até porque “o ministro das Finanças já veio dizer que há pouco espaço para mexer” e o Orçamento reflete as escolhas do PS, do PCP e do BE.

“Não é por estarmos na oposição que desejamos que corra mal ao país, mas devemos chamar a atenção para o que corre mal e apresentar a nossa alternativa e dar o nosso contributo para que possa ficar melhor”, declarou.

O líder do PSD considera que o caminho devia ser outro para aproveitar melhor condições conjunturais como o petróleo mais barato, a taxa de juro do Banco Central Europeu mais favorável e as importações mais baratas do que no período do ajustamento em que esteve à frente do governo: crescer mais, atrair mais investimento que dinamiza o emprego e gerar confiança junto dos mercados.

Esse outro caminho, sublinhou, passa por “ser mais prudente na restituição de rendimentos, mas sobretudo por uma estratégia para atrair mais investimento”, e



não “acertar a despesa pelo calendário mais interessante para o Governo e depois se verá”, de forma a garantir a sobrevivência dos acordos à esquerda.

“O Governo prefere crescer pouquinho para ir mantendo o apoio do PCP e do Bloco de Esquerda”, acusou, considerando o anunciado aumento das pensões “o aspeto mais chocante”.

Comentando ainda a política económica seguida pelo atual governo, o presidente do PSD referiu que a mesma está errada, pois não promove a confiança para

que os investidores possam acreditar em Portugal: “Se não conseguimos transmitir estabilidade fiscal e uma visão de confiança para futuro, este não será tão bom quanto deveria ser. Se associarmos a esta realidade um conjunto de reversões em áreas estruturais, percebemos por que estamos a fazer pior do que outros países. E isso é mau. Se nos anos de maiores dificuldades estávamos a conseguir aproximar-nos dos nossos parceiros europeus, porque não estamos a fazê-lo agora?”

“O Estado tem pouco dinheiro e há um problema de sustentabilidade das pensões que o Governo deci-



diu empurrar para mais tarde, mas se falta dinheiro é preciso cuidado com os aumentos e estas atualizações vão ser pagas pelos impostos”, insistiu, acusando o Executivo de António Costa de querer “fazer um bonito” para as eleições autárquicas.

É que, só em agosto, o Governo vai ver se a atualização ficou aquém dos 10 euros, podendo haver, nesse caso um aumento extraordinário.

“Porque não dá esse aumento já em janeiro? Só em agosto é que vai haver dinheiro? Dava menos, já a partir de janeiro. Sabemos porquê. Quer fazer um bonito, no calendário que lhe é mais interessante”, criticou.

As jornadas do PSD dedicadas ao Orçamento do Estado prosseguem até 28 de novembro, com mais 18 sessões, com a participação de membros da comissão política permanente do PSD, dos vice-presidentes do grupo parlamentar e dos deputados de cada distrito.



Conselho Nacional do PSD

“Deveríamos estar a aproveitar a conjuntura externa favorável para crescer”

“É imperdoável ficar calado e fingir que o que se está a passar não existe”. O presidente do PSD considera que não pode ficar indiferente à má governação do país. A fragilidade da economia, do investimento público e privado, das exportações e do consumo privado revelam uma “falta de estratégia”, com o país nitidamente “a andar para trás”.

No conselho nacional do PSD, realizado quarta-feira, 26 de outubro, Pedro Passos Coelho reiterou que o PSD vai apresentar propostas credíveis ao Orçamento do Estado para 2017, com “o objetivo de saber se há ou não vontade do Governo em implementar medidas estruturais que façam crescer Portugal”.

Passos Coelho adverte que “os dados ocultados deliberadamente pelo Governo são a prova cabal que as coisas não estão a correr como o Governo esperava”, assim como não estão a correr como todos desejariam.

A intervenção inicial de Pedro Passos Coelho teve como pano de fundo os “atrevimentos do Governo no Orçamento”: em matéria de pensões, o “Governo acaba com as contribuições das pensões milionárias, mas não dá nenhum aumento extra às pensões mínimas”.

“A sobretaxa é outro atrevimento e um truque, ao mesmo tempo, para iludir as pessoas”, acusou, atendendo que há um “aumento generalizado de impostos” e que este orçamento “é mais injusto”, porque, “em termos relativos, as pessoas ficam mais pobres”.

Para Passos Coelho, a atualização dos escalões é “um truque”, uma vez que como estes vão ser atualizados em 0,8%, com a inflação prevista pelo Governo em 1,5%, “as pessoas vão ter menos poder de compra, nomeadamente os funcionários públicos”.

“Deveríamos estar a aproveitar a conjuntura externa favorável para crescer, porque, ao contrário do que o Governo diz, a conjuntura não é desfavorável”, defendeu.

O presidente do PSD anunciou que em breve estará em funcionamento o Conselho Estratégico, que é liderado por José Matos Correia, e fez ainda um agradecimento a Jorge Moreira da Silva, que a 01 de novembro assume o cargo de diretor da Cooperação para o Desenvolvimento da OCDE e deixa o cargo de vice-presidente do PSD.

O Conselho Nacional do PSD, o órgão máximo do partido entre congressos, teve, na ordem de trabalhos, dois



pontos: “informações” e “análise da situação política”. O último Conselho Nacional do PSD realizou-se antes das férias de verão, a 21 de julho, numa reunião onde o presidente do PSD fez um balanço da primeira sessão legislativa do Governo PS.

São conselheiros nacionais os membros da mesa do Congresso, que constituem também a mesa do Conselho Nacional, 70 membros eleitos em Congresso, dez representantes da JSD, cinco representantes dos TSD e cinco representantes dos ASD. Integram ainda o Conselho Nacional os presidentes das distritais, dois representantes de cada comissão política regional e dois representantes de cada círculo eleitoral emigração. Participam, sem direito de voto, a comissão política nacional, o conselho de jurisdição nacional, a direção grupo parlamentar e o coordenador do grupo dos deputados do PSD no Parlamento Europeu.

Cenário macroeconómico está desfasado da realidade



O líder do PSD saudou o compromisso do Governo com a redução do défice, mas teme que o cenário traçado possa não ter correspondência com a realidade. “De um modo geral parece-nos bem que haja um comprometimento, que haja redução do défice público, isso significa menores responsabilidades para futuro e, portanto, é bom”, afirmou o presidente social-democrata, em declarações no final de um encontro com a UGT, que se realizou na sede na central sindical e se prolongou por quase duas horas, sexta-feira, 28 de outubro.

Pedro Passos Coelho criticou ainda a ausência de uma estratégia económica clara na proposta do Governo de OE para 2017, notando que é apresentada uma visão de crescimento menor do que a que existiu em 2015.

“Gostávamos que o investimento pudesse crescer de uma forma mais acentuada, gostaríamos que a confiança sobre a economia portuguesa fosse maior e isso teria de implicar um conjunto de medidas de aspetos estruturantes do próprio OE que alimentassem essa crença de que a economia está capaz de crescer muito mais e poder gerar muito mais emprego”, disse, lamentando que o OE para 2017 não apresente essa estratégia.

Sobre a restituição de rendimentos, o líder do PSD admitiu estar preocupado com o facto de, “contas bem feitas”, afinal possa ficar “longe daquilo que é a expectativa das pessoas”.

“O Governo, de certa maneira, com a restituição de rendimentos, com a atualização de pensões quer dar a ideia de que as pessoas vão ficar melhor com esses rendimentos”, referiu.

Contudo, quando o cenário que se antecipa para o próximo ano é de mais inflação, isso irá “comer um bocadinho aquilo que são os aumentos e as atualizações que se fazem, sobretudo quando essas atualizações são feitas abaixo da inflação”.

“Portanto, feitas as contas pode-se estar numa primeira fase a dar mais, mas depois as pessoas vão pagar mais impostos indiretos, depois a inflação vai comer uma parte desses rendimentos”, sustentou.



Sobre o encontro com dirigentes da UGT, Passos Coelho, que no início da semana passada anunciou que iria reunir-se com os parceiros sociais antes de apresentar propostas de alteração ao Orçamento do Estado (OE) para 2017, disse ter-se tratado de uma troca de impressões “bastante positiva”.

Também em declarações aos jornalistas no final do encontro com o líder do PSD, o secretário-geral da UGT, Carlos Silva, apontou os principais objetivos da central sindical, nomeadamente “o desbravamento da carga fiscal” sobre os salários e o aumento de todas as pensões.

Reconhecendo que o PSD tem uma posição “muito prudente” e que o partido defende a manutenção de um conjunto de situações, Carlos Silva insistiu na necessidade de “desagrar a austeridade”.

“Desvio muito razoável do lado da receita”

O Partido Social Democrata ouviu, na segunda-feira, 31 de outubro, a Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP). Pedro Passos Coelho comentou que

os dados sobre o Orçamento do Estado para 2017, que estavam em falta, revelam um desvio do lado da receita do Estado, considerando que o executivo errou completamente nas previsões.

“Essa informação, quando comparada com aquela que era disponibilizada na proposta de Orçamento do Estado deixa bem visível a dificuldade que o Governo vai ter em cumprir o seu orçamento este ano e em ter a base de partida para 2017 que inicialmente tinha apontado”, afirmou.

Pedro Passos Coelho referia-se aos mapas em falta no Orçamento do Estado para 2017 (OE2017), que o executivo enviou ao parlamento na passada sexta-feira, a pedido do PSD e do CDS-PP.

Em declarações aos jornalistas no final de uma reunião com a direção da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal, Lisboa, Passos Coelho frisou que os dados quantitativos disponibilizados mostram “um desvio muito razoável do lado da receita do Estado” que é “muito superior àquela que estava implícita no Orçamento que foi apresentado”.

“E já sabemos que o Governo vai sacrificar, como

até aqui, do lado da despesa, sobretudo a aquisição de bens e serviços do Estado bem como o investimento público para garantir que o objetivo da meta do défice será alcançado”, disse.

Este caminho, disse, “em si mesmo é bom no sentido em que o Governo está muito comprometido em alcançar as metas do défice e isso é bom para o país” mas, por outro lado, mostra que o Executivo “errou completamente na previsão que fez quanto ao que seria a estratégia do orçamento para o ano corrente”.

“E isso é um indicador preocupante porque essa estratégia mantém-se para o próximo ano”, sublinhou.

PSD repudia críticas de ministro das Finanças alemão

O líder do PSD repudiou as críticas feitas pelo ministro alemão das Finanças ao Governo português e lamentou que o Governo tenha reagido com “graçolas” e não de uma forma formal. “Eu não creio que haja nada que justifique que um membro do Governo com essas responsabilidades num país europeu faça esse tipo de advertências públicas”, afirmou o presidente social-democrata, Pedro Passos Coelho, quando questionado sobre declarações proferidas pelo ministro das Finanças alemão, Wolfgang Schäuble, dia 26, segundo as quais Portugal estava no bom caminho económico-financeiro até mudar de Governo.

Sublinhando que, independentemente do que se pensa sobre o que passa noutros países, não é correto pronunciar preocupações dessa natureza, Passos Coelho admitiu que não viu as declarações de Wolfgang Schäuble “com bons olhos” e que “preferiria largamente que elas não fossem feitas, sobretudo quando se trata de casos que são um bocadinho recorrentes”.

“Acho que se deve exigir a quem tem responsabilidades particulares na condução política, económica e financeira, muita prudência no tipo de afirmações que são feitas, como aquelas que fez o ministro das Finanças alemão”, insistiu, considerando que esse tipo de preocupações deveriam ser guardadas para reuniões internas do Governo alemão ou para encontros onde estas matérias são tratadas no espaço europeu.

“Mas, que as não fizesse em público, porque ainda que possa estar convencido que as suas preocupações têm razão de ser, a consequência é paradoxal, porque o resultado prático só pode agravar essas preocupações se elas para ele próprio tiverem fundamento. Não faz sentido sequer do ponto de vista racional que haja uma insistência nesse tipo de declarações públicas”, disse, numa alusão ao facto do ministro das Finanças alemão ter dito no verão que Portugal iria pedir um novo resgate.

Passos Coelho, que falava no final de um encontro com a UGT, fez ainda referência à reação do Governo português, lamentando que o executivo liderado por António Costa tenha optado pelas “graçolas”. “Julgo que o Governo português em vez de reagir a isso com graçolas o faça sentir de uma forma formal e direta ao Governo alemão”, afirmou.

Questionado sobre o protesto formal feito pelo eurodeputado do PSD Paulo Rangel, o presidente social-democrata disse não ter sido coordenado com o partido, mas elogiou a iniciativa. “Apesar de não ter sido combinado só posso elogiar a sua iniciativa porque ela é perfeitamente fundada e correta”, salientou.

Sem entrega de declaração de rendimentos, haverá falta de transparência na CGD

O presidente do PSD considera que a não apresentação por parte do presidente executivo da Caixa Geral de Depósitos (CGD) da sua declaração de rendimentos representará falta de transparência, sublinhando que a exceção criada “não faz sentido”.

Questionado se a não apresentação da declaração



de rendimentos por parte do presidente executivo da CGD, António Domingues, representa uma “ausência de transparência”, Pedro Passos Coelho disse ser evidente que “sim”.

“Na medida em que ficam desobrigados de mostrar os elementos que todos os outros gestores públicos - e detentores de cargos políticos - mostram, sim, parece-me evidente”, respondeu Passos Coelho, que falava aos jornalistas no final de um encontro com responsáveis da UGT.

Considerando ser muito importante o regresso a “um regime de normalidade” no que respeita à CGD, Passos Coelho recordou que a instituição é detida a 100% pelo Estado e, nesse sentido, os seus gestores são gestores públicos.

“Não há nenhuma razão para que a CGD seja excetuada do regime que regula os gestores públicos e como sabe, essas obrigações de transparência obrigam todos os gestores públicos, não há nenhuma razão para que os da CGD não sejam abrangidos por essas normas”, vincou.

Por isso, acrescentou, era importante que o Governo

reconhecesse que “errou quando quis abrir essa exceção”, porque “ela não faz sentido”.

Passos Coelho lembrou ainda que hoje o PSD apresentou um projeto de lei que prevê o fim desse problema, fazendo votos para que o PS e a maioria de esquerda o possa aprovar.

“Nós entendemos que é correto que a CGD regresse à normalidade de ser abrangida pelo estatuto dos gestores públicos, não há nenhuma razão que o impeça”, insistiu.

Quanto ao facto da CGD estar no mercado concorrencial, Passos Coelho ressaltou que isso permite que no estatuto possa existir um “tratamento diferenciado”, mas nunca a propósito de matérias relacionadas com a transparência e do “dever de ‘report’”, porque “essas são regras que se aplicam a todos”.

O projeto de lei que o PSD entregou na Assembleia da República fixa os critérios da “razoabilidade e adequação” nos salários dos gestores públicos e visa garantir que a administração da CGD fica obrigada aos deveres de transparência.

PSD elogia “mestria política e determinação” de Mariano Rajoy

O presidente do PSD felicitou Mariano Rajoy pela investidura como presidente do Governo espanhol, enaltecendo a “mestria política e determinação” e destacando que “Espanha afastou a incerteza maior e recusou um caminho de radicalização, intolerância e empobrecimento”.

Numa nota enviada à agência Lusa, o PSD refere que com a investidura do conservador Mariano Rajoy do Partido Popular como presidente do Governo pelo parlamento espanhol “assim termina um ano político cheio de dificuldades que Mariano Rajoy soube enfrentar com grande mestria política e determinação”, adiantando que “Pedro Passos Coelho já felicitou Mariano Rajoy pela investidura”.

“Hoje estamos mais tranquilos por ver que Espanha afastou a incerteza maior e recusou um caminho de radicalização, intolerância e empobrecimento que seriam imerecidos para os espanhóis e que teriam gerado consequências negativas para o projeto europeu e para Portugal”, sublinha.

Para o PSD, “o Presidente do governo espanhol também está de parabéns por ver reconhecido o esforço político importante que desenvolveu para trazer mais confiança e mais crescimento a Espanha”.

Mariano Rajoy do Partido Popular foi sábado, 29 de outubro, em Madrid, investido presidente do Governo pelo parlamento espanhol depois do Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) ter decidido abster-se para evitar a realização de novas eleições que deveriam penalizar os socialistas.

O chefe do atual Governo de gestão teve o apoio dos deputados do Partido Popular (PP, direita), do Cidadãos (centro) e da Coligação Canárias (regional), tendo votado



contra a coligação Unidos Podemos (extrema-esquerda) e todos os partidos regionais, nacionalistas e independentistas.

Felipe VI presidiu pela primeira vez uma cerimônia de tomada de posse de um presidente do Governo espanhol depois de ter sido proclamado rei em 19 de junho de 2014, após a abdicação do pai, o rei Juan Carlos I.

O novo chefe do executivo espanhol assegurou, antes da votação dos deputados, que iria “corrigir tudo o que mereça correção, melhorar tudo o que for melhorável e ceder em tudo o que seja razoável”, mas não “derrubar tudo o que foi construído”.

Mariano Rajoy é o sexto presidente do executivo espanhol da democracia.

João Lobo Antunes era “um médico brilhante”



O PSD manifestou “enorme consternação” pela morte do neurocirurgião João Lobo Antunes, uma “profunda perda para Portugal” de “um dos mais brilhantes médicos e docentes universitários portugueses” e de “uma personalidade de referência na sociedade portuguesa”.

“O Prof. Doutor João Lobo Antunes foi, ao nível profissional, um dos mais brilhantes médicos e docentes universitários portugueses, com uma carreira notável no domínio da neurocirurgia, desenvolvida quer em Portugal, quer nos Estados Unidos da América, marcada muito justamente pela atribuição de um número significativo de prémios e distinções”, sublinha.

O PSD considera que a presença e a influência de João Lobo Antunes ultrapassam a área profissional a que dedicou toda a vida, tendo sido “uma personalidade de referência na sociedade portuguesa, que deixa, no plano cultural, um legado com um conteúdo e um alcance únicos”.

“Neste momento que é de profunda perda para Portugal e para todos os Portugueses, o Partido Social Democrata endereça à família do Prof. Doutor João Lobo Antunes a manifestação do seu mais profundo pesar e as suas mais sentidas condolências”, afirma.

O PSD destaca ainda a “profunda cultura humanista” de Lobo Antunes, refletida nos seus múltiplos escritos e na forma como assumiu “o seu envolvimento cívico e político em funções como as de mandatário nacional das candidaturas presidenciais de Jorge Sampaio e de Cavaco Silva, de Conselheiro de Estado ou de Presidente do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida.

O neurocirurgião João Lobo Antunes faleceu quinta-feira, 27 de outubro, aos 72 anos. Licenciado em Medicina pela Universidade de Lisboa com uma média final de 19,47 valores, foi professor catedrático de neurocirurgia da Faculdade de Medicina de Lisboa e foi diretor de serviço de neurocirurgia do Hospital de Santa Maria, em Lisboa. Prémio Pessoa em 1996, no último 25 de Abril recebeu do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade.

Jornadas Consolidação, Crescimento e Coesão em Fafe

Um país “sem rumo e sem estratégia”

A terceira sessão das Jornadas CCC – Consolidação, Crescimento e Coesão – decorreu em Fafe, no distrito de Braga, sábado, 29 de outubro, e a mensagem transmitida por Luís Montenegro foi clara, e em forma de pergunta: para onde está a ir este país?

O líder parlamentar do PSD afirmou que o Partido Social Democrata quer perguntar ao país se se consegue vislumbrar um caminho, um rumo. “Para onde estamos a ir? Para onde nos estão a levar?” A resposta, já se sabe. Ninguém sabe. Ninguém sabe qual o legado que este Governo, quando acabar o seu mandato, quer entregar.

“Foi-nos prometido mais crescimento, mais emprego, mais coesão social. Só que tudo isso já foi por água abaixo. E eles não querem admitir o erro”, declarou Luís Montenegro.

Estão a ser feitos cortes cegos, e o país só não sabe mais porque os sindicatos estão de greve. “Os problemas não acabaram. Os transportes públicos estão bloqueados, nem papel há no Metro de Lisboa, e ninguém diz nada. Isto acontece porque o país não tem rumo, nem estratégia, tem negócio”, disse o social-democrata.

O que está a acontecer em Portugal nos impostos é “um escândalo. Nós já atingimos a fadiga fiscal em todos os domínios. Nós não nos podemos vergar ao Estado ir buscar aos cidadãos toda a sua receita. O PSD não pode aceitar isto”, referiu Luís Montenegro. Este é um caminho errado e sem remendo, pelo que o PSD não vai entrar nas pequenas questões. O PSD vai, sim, apresentar propostas programáticas com uma visão de médio e longo prazo.

Coube a José Manuel Fernandes, na qualidade de presidente da Comissão Política Distrital do PSD de Braga, a abertura da sessão, tendo dito aos bracarenses que “no distrito, o PSD tem dado estabilidade aos governos e executivos de cada concelho. Nós somos um sinal de estabilidade no nosso apoio. No PS, o interesse deles é do partido, não o país. Só pensam na sua sobrevivência.”

Também referindo-se ao Partido Socialista, Hugo Soares, deputado do PSD, afirmou que qualquer Orçamento apresentado por António Costa tem “uma ferida na legitimidade política, porque este executivo não ganhou as últimas legislativas. Este é um OE assenta em premissas que não existem, até porque só recebemos os números ontem. É um Orçamento sem crescimento”.

Adão Silva, vice-presidente do grupo parlamentar do PSD, frisou que o Orçamento do Estado é um instrumento que demonstra “como os partidos da geringonça se uniram da melhor forma possível para elaborar um documento unicamente a pensar nas eleições autárquicas”. Por isso mesmo, este não apresenta sequer, e por exemplo, uma dinâmica para fazer crescer o emprego e diminuir de forma sustentada o desemprego.



Jornadas Consolidação, Crescimento e Coesão em Viseu

Orçamento revela o fracasso do modelo económico do Governo

Foi durante a quarta sessão das Jornadas CCC - Consolidação, Crescimento e Coesão -, em Viseu, dia 29, que Maria Luís Albuquerque, vice-presidente do PSD, afirmou que o Orçamento do Estado para 2017 é fatal para o crescimento e investimento, e que estamos a assistir ao fracasso do modelo económico.

Foram vários os exemplos referidos pela social-democrata, nomeadamente a suposta extinção da sobretaxa de IRS, que não é transparente como o Governo afirma. “Quando se diz que a sobretaxa vai acabando, é mentira. Manipulam-se as tabelas de retenção para criar nas pessoas a ilusão que pode acabar. Não acaba”, referiu Maria Luís Albuquerque, acrescentando que “o que preocupa é a forma como este OE não permite perspetivar um futuro melhor. Vão aparecendo medidas eleitoralistas, mas deixando o problema para o ano seguinte. Estão a tornar o problema maior e as consequências serão cada vez mais negativas.”

Sobre os dados em falta entregues pelo Ministério das Finanças, a vice-presidente do PSD referiu que os quadros entregues demonstram que o Governo reconhece que a receita fiscal vai ficar abaixo do previsto: “Continuam excessivamente otimistas. Do lado da despesa, temos um OE cujo objetivo é pagar aos funcionários públicos. Claro que pagar aos funcionários públicos é muito importante, mas se não compra mais nada e não se gasta em mais nada, vamos ter pessoas que não têm meios para trabalhar.”

Infelizmente, o OE para 2017 que é pior do que em 2016, pois “para onde quer que olhemos encontramos problemas sérios de falta de confiança, credibilidade, estratégia e rumo. Não podemos confiar na informação que nos é dada, temos de continuar a fazer o nosso escrutínio”, assegurou Maria Luís Albuquerque.

Na oposição, o PSD continuará a exigir no parlamento respostas concretas. “Temos de exigir que a resposta seja a nossa pergunta e não desviar com assuntos que tenham acontecido antes. A nossa democracia está seriamente comprometida e está a ser demasiado afetada por alguém que acha que não tem o dever de dar explicações perante o parlamento e o país. Isso tem consequências graves e duradouras”, referiu a vice-presidente.

Os viseenses ouviram ainda com atenção Pedro Alves que disse que “este OE revela alguma necessidade de sobrevivência política, ao ponto do que era denominado de austeridade, agora é uma austeridade criativa, como se não tivesse o mesmo impacto na nossa economia. É um orçamento com vista curta, de uma navegação à vista”. O presidente da Distrital do PSD de Viseu enumerou ainda vários investimentos locais que estavam previstos e que não foram para a frente por causa da falta de investimento público deste Executivo.

E o investimento não foi o único indicador que teve, em 2016, piores resultados. António Leitão Amaro afirmou que “todos os resultados em 2016 são piores do que em 2015: menos emprego, menos investimento, quebra exportações e quebra no consumo privado.” O deputado referiu ainda que, em 2016, o rendimento disponível das famílias portuguesas está a crescer metade do que cresceu em 2015. “O sonho que o PSD tem para o país não é andar a voar baixinho para o futuro, é ir mais depressa”, concluiu. Luis Leite Ramos, vice-presidente do grupo parlamentar do PSD, alinhou nesta ideia, ao afirmar que Portugal está “sem modelo e que perdeu a confiança, tanto das pessoas como dos investidores”.



Jornadas Consolidação, Crescimento e Coesão em Viana do Castelo

As propostas do PSD “colocariam o Alto Minho a crescer de forma sustentável”



O Alto Minho recebeu a segunda sessão das Jornadas CCC – Consolidação, Crescimento e Coesão, dedicadas ao Orçamento do Estado para 2017. Foi em Viana do Castelo, dia 28, que os deputados Manuel Rodrigues, Carlos Abreu Amorim, Berta Cabral e o presidente da Distrital do PSD de Viana do Castelo, Carlos Morais Vieira, falaram perante dezenas de vianenses sobre o Orçamento do Estado para o próximo ano e a visão do PSD.

Foi precisamente Carlos Morais Vieira quem iniciou a sessão, dizendo que “estas jornadas CCC são um momento especial e singular para discutir e apresentar as diferenças, alternativas e estratégias para um maior desenvolvimento e progresso social”, acrescentando ainda que com estas é possível “demonstrar que as nossas propostas colocariam o país e o Alto Minho a crescer de forma sustentável.”

Referindo-se ao Orçamento do Estado, Manuel Rodrigues afirmou que o Orçamento para 2017 é apresentado na sequência do de 2016, que trouxe maus resultados. A proposta para o próximo ano é visível a projeção de um crescimento muito tímido, estando previsto crescer menos do que em 2015. Em 2016 e 2017, Portugal é o segundo país da União Europeia que menos cresce e de todos os países em ajustamento é mesmo o que menos cresce, segundo o FMI. Menos até que a Grécia.

Em relação ao investimento, o Orçamento vai mais longe ao reconhecer que 2016 é já um ano perdido, pois vai cair em relação ao ano anterior. E o mesmo acontece em todos os indicadores. “Este governo tem tido uma política económica virada para o consumo e a devolução do rendimento. Mas nem esses indicadores demonstram um bom caminho. Esta política económica não está a conseguir o seu objetivo, que era o objetivo de todos nós: os portugueses viverem melhor”, disse o social-democrata.

Foi também nos portugueses que se focou Carlos Abreu Amorim. O deputado do PSD afirmou que o Governo das esquerdas começou com muita retórica, e que o país precisa de quem leve a política a sério. A politiquice



não se pode sobrepor à política, que é feita a pensar nas pessoas. Sobre o OE, o social-democrata afirmou que “o orçamento foi concebido como um truque, transferindo para a frente o que é negativo e pondo à frente o que é positivo. Mas os truques têm perna curta e muitas vezes pagamos um preço muito elevado. O OE 2017 não tem estratégia, é de manutenção do poder. Mas o PSD cá estará. Estaremos no momento certo, sem histerismo, a apresentar as nossas propostas, sérias e com uma visão para o país”.

Coube a Berta Cabral encerrar a sessão. Na qualidade de vice-presidente do grupo parlamentar do PSD, a social-democrata afirmou que “a Consolidação, o Crescimento e a Coesão são precisamente os pilares em que devia assentar o OE, mas isso não se verifica. Temos apenas um conjunto de medidas soltas e um orçamento de sobrevivência, para manter o poder pelo poder”. Berta Cabral referiu ainda que, infelizmente, este é um Orçamento de aumento de impostos.

Matos Rosa em Alfândega da Fé

O secretário-geral do PSD, José Matos Rosa, participou na sessão de tomada de posse do PSD e JSD da Alfândega da Fé, distrito de Bragança, sábado, 29 de outubro 2016.



“Juntos por Braga” cumpriu 80% das promessas eleitorais

O PSD de Braga está “satisfeito e orgulhoso” pelo resultado de três anos à frente da câmara e considerou “caricato” que o PS critique o atual executivo municipal por não ter conseguido resolver “problemas criados pelos socialistas”.

Em conferência de imprensa, o líder da comissão política social-democrata bracarense, Hugo Soares, defendeu que a coligação “Juntos por Braga” (PSD/CDS-PP/PPM), liderada por Ricardo Rio, “cumpriu 80%” das promessas eleitorais, tendo “ido ainda mais longe” ao levar a cabo um “conjunto de iniciativas” que não constavam do programa eleitoral.

“Estamos satisfeitos e orgulhosos com o desempenho da equipa da coligação frente aos destinos de Braga. Cumpriram-se 80% das promessas eleitorais, ao que acresce um conjunto de iniciativas que deram resposta a necessidades com que o executivo se deparou”, considerou Hugo Soares.

Para o PSD local, “Braga vive hoje um tempo novo, de nova transparência na gestão, de proximidade com os cidadãos, de aproveitamento de sinergias com as universidades, associações e várias entidades”.

O líder social-democrata salientou três áreas que “atestam a evolução” de Braga: “Dinamização económica, cultural e social, com a exponenciação de eventos já tradicionais e ter conseguido atrair a Braga novos eventos como a Volta a Portugal, ou etapas do rally. No plano económico, a criação de novas empresas, negócios, o aumento do Turismo, a reabilitação urbana (...) e, por fim, no plano social, com um conjunto de apoios aos mais carenciados”.

Quanto às críticas do PS, Hugo Soares afirmou ser “caricato que aquilo que apontam à gestão do atual executivo ser não ter resolvido os problemas e trapalhadas” que o PS criou.



Acompanhe-nos no dia-a-dia...



**Conferências de Imprensa,
Transmissões em direto,
Discursos e intervenções políticas**



**Entrevistas, Opinião, História,
Iniciativas**



**O dia-a-dia da atividade
do PSD**



**Noticiário semanal todas
as sextas-feiras**

Centro de Empresas Inovadoras de Castelo Branco não tem estratégia



O PSD de Castelo Branco criticou a falta de uma estratégia para o Centro de Empresas Inovadoras (CEI) local e defendeu a criação de um fundo de capital de risco para empreendedores.

“Há uma falta de estratégia, do nosso ponto de vista, desde logo, na definição de um público-alvo que deve ser trabalhado, sem excluir ninguém”, afirmou, em conferência de imprensa, o presidente da concelhia do PSD de Castelo Branco, Carlos Almeida, dia 24.

O social-democrata sublinhou a necessidade de uma atitude mais proativa na instituição, que passe por sair do espaço físico e ir ao encontro das pessoas e do público: “Tem que necessariamente haver uma atitude mais proativa, que passe por sair daquele espaço [CEI], por ir ao encontro das pessoas e de públicos, com o intuito de os sensibilizar, de fazer sessões, entregar materiais, organizar eventos, porque senão corre-se o risco de grande parte das pessoas passar ali, achar o edifício muito bonito, mas não saber qual é a sua missão”.

As críticas e as sugestões do PSD de Castelo Branco surgem depois de uma recente visita ao CEI, na qual foram acompanhados pelo presidente da Câmara de Castelo Branco, Luís Correia, e pelo diretor executivo do CEI, João Borge.

“Pudemos constatar nesta visita que é uma infraestrutura de excelência que a cidade tem e que todos os albacastrenses se podem orgulhar. Em termos de ‘hardware’ estamos muito bem. A questão tem a ver com o ‘software’ e até que ponto, de uma forma construtiva, o PSD pode contribuir para a melhoria do equipamento”, declarou Carlos Almeida.

O autarca explicou que o CEI é um “excelente instrumento” que pode incentivar e levar à criação de emprego e de empresas e à fixação de pessoas.

Contudo, defendeu a necessidade, não só da definição de um público-alvo e de uma estratégia para o trabalhar, mas também a realização de eventos, sessões dirigidas às escolas e visitas guiadas.

O líder da concelhia social-democrata sublinhou que deve ser feito um trabalho junto dos diversos graus de ensino existentes no concelho de Castelo Branco, desde o ensino básico até ao ensino superior.

O autarca considerou ainda que o CEI, cuja Câmara de Castelo Branco é a instituição fundadora e que tem uma parceria com o Centro de Apoio Tecnológico Agro-Alimentar (CATAA), deve estabelecer outras parcerias com entidades de âmbito local, como o Instituto Politécnico local ou a Associação Empresarial da beira Baixa (AEBB).

Carlos Almeida defendeu também a criação de um fundo de capital de risco para empreendedores.

Este fundo, a funcionar mediante candidaturas e que teria uma responsabilidade partilhada, tem como vantagem segundo os social-democratas, aligeirar as candidaturas do ponto de vista burocrático.



JORNADAS

CONSOLIDAÇÃO, CRESCIMENTO E COESÃO

ORÇAMENTO DO ESTADO 2017

Beja

04 novembro

Bragança

05 novembro

Vila Real

05 novembro

Coimbra

07 novembro

Santarém

12 novembro

Portalegre

14 novembro

Setúbal

16 novembro

Évora

19 novembro

Castelo Branco

19 novembro

Leiria

21 novembro

Lisboa A0

24 novembro

Faro

25 novembro

Guarda

25 novembro

Porto

26 novembro

Lisboa

28 novembro

Plano Juncker é inadequado às ultraperiferias



O presidente do Governo Regional da Madeira declarou, durante o debate mensal do parlamento insular, que o Plano Juncker “não é adequado” às necessidades de financiamentos comunitários das ultraperiferias para o desenvolvimento de projetos.

“Não posso deixar de destacar que estes instrumentos envolvem um maior esforço financeiro por parte das regiões, o que para muitas é praticamente impossível”, declarou Miguel Albuquerque, na primeira intervenção do debate na Assembleia Legislativa da Madeira (ALM), que decorreu subordinado ao tema “Madeira e União Europeia”.

Miguel Albuquerque acrescentou que esta situação acaba por “favorecer os projetos que já têm acesso a fontes de financiamento, provindo de países mais ricos, o que não é o caso dos Estados-membros com regiões ultraperiféricas” (geograficamente distantes do continente).

O chefe do executivo regional complementou que o Plano Juncker “tem um problema de aplicação nos Estados mais pobres” e “prejudica os países do sul, que têm problemas de défices orçamentais”.

O Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos, mais conhecido por Plano Juncker, disponibiliza 315 mil milhões de euros aos setores privado e público para financiar projetos que os atuais fundos estruturais não financiam.

Miguel Albuquerque também rejeitou “qualquer tentativa de abordagem que vise a centralização dos fundos da Política de Coesão Europeia”, considerando que esta possibilidade “representaria um desvirtuar de todo o processo de apoio” que tem sido desenvolvido no âmbito da Política de Coesão.

O governante afirmou que o novo modelo de gestão dos fundos “deve passar necessariamente por uma maior simplificação desta política, mas nunca pela sua centralização”.

Na sua opinião, “a complexidade territorial da União Europeia e a influência do território nos resultados regionais diferenciados das políticas públicas justificam uma política de coesão mais centralizada, que reforce as suas respostas aos défices e constrangimentos”.

Miguel Albuquerque falou da sua preocupação em relação ao “problema de indefinição da União Europeia” e ao “agendamento de prioridades”, constatando que, em sede de revisão intercalar do Quadro Financeiro Plurianual, existem “pressões para o reforço dos apoios para instrumentos orientados para novas prioridades temáticas da União Europeia”, como a situação das migrações, “em detrimento da Política de Coesão”.

“Somos intransigentes quanto à necessidade de manter a função original da Política de Coesão – contribuir para a coesão económica, social e territorial da União Europeia –, reforçando a importância de manutenção dos subsídios como principal instrumento de financiamento”, afirmou.

Segundo o governante, “as disparidades regionais permanecem elevadas” e não foi alcançado o objetivo da Política de Coesão de reduzi-las.

Neste debate mensal, Miguel Albuquerque esteve acompanhado pelos secretários regionais dos Assuntos Parlamentares e Europeus, Sérgio Marques, das Finanças e Administração Pública, Rui Gonçalves, e da Economia, Turismo e Cultura, Eduardo Jesus.



POVO LIVRE

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

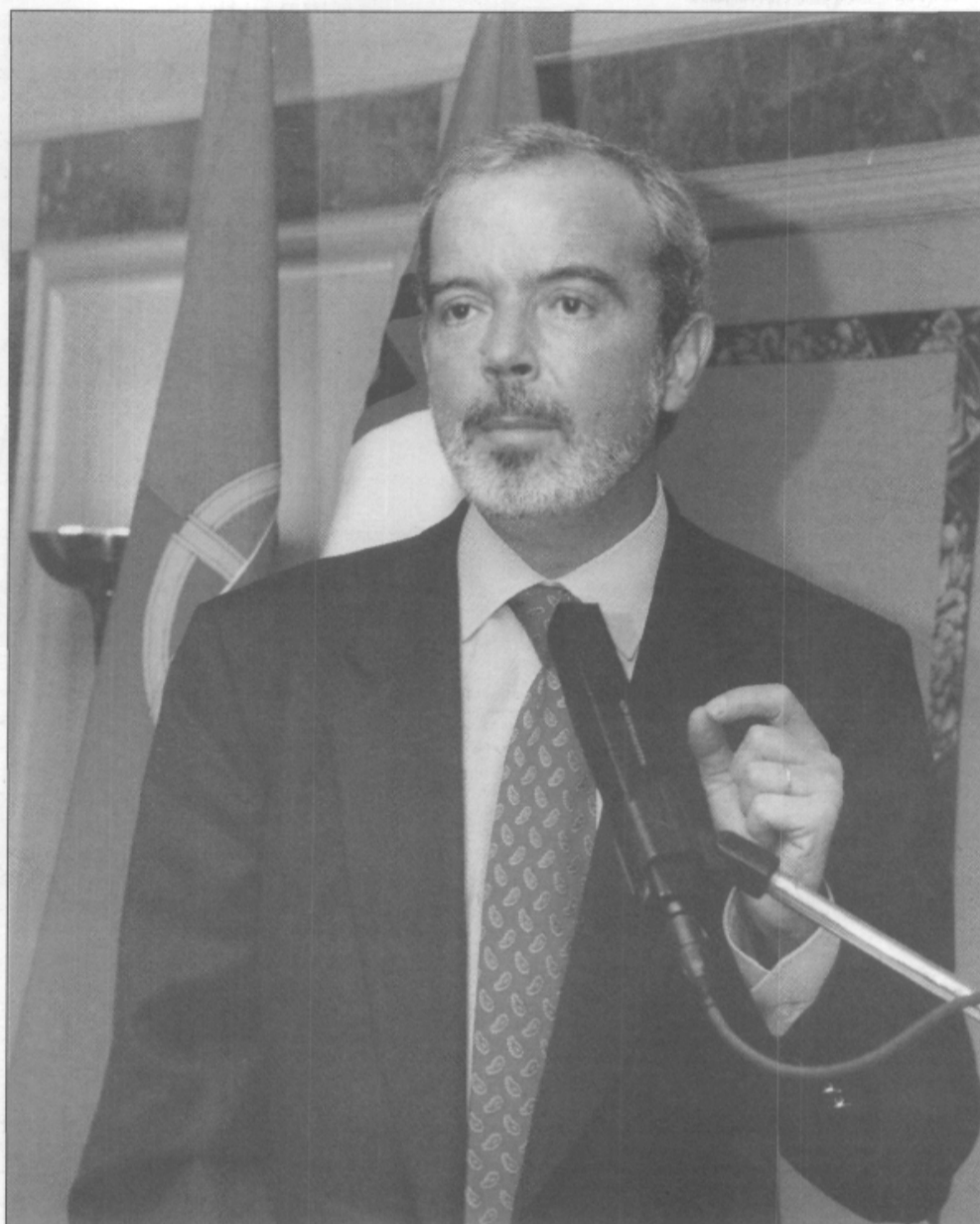
DIRECTOR: CARLOS ENCARNÇÃO DIRECTOR-ADJUNTO: JOÃO CORDEIRO PEREIRA N.º 1035 • 6 DE SETEMBRO 1995 • PREÇO 100\$00

Fernando Nogueira:

Em caso algun faremos coligações

PSD apresentou Programa Eleitoral

- *O essencial são as pessoas*
- *Prioridade ao combate ao desemprego*
- *Apoios ao tecido empresarial*
- *Deixar respirar a classe média*



Festa da Juventude: O caminho seguro do futuro de Portugal



Edição n.º 1035 do "Povo Livre", de 6 de setembro de 1995. Manchete: "Fernando Nogueira: Em caso algum faremos coligações". Carlos Encarnação era o diretor do "Povo Livre".

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



**BEJA / DISTRICTAL
RECTIFICAÇÃO
OURIQUE**

A votação nas eleições para a Distrital de Beja na Secção de Ourique são na seguinte localidade: **Rua Dr. António Nobre Semedo, nº 14 – Ourique.**

CASTELO BRANCO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Castelo Branco para reunir, no próximo dia 28 de Novembro de 2016 (segunda-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Rua do Pina, 6, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Informações
- 2 - Análise da situação política
- 3 - Dar parecer sobre as candidaturas aos órgãos Autárquicos de 2017

GOIS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Góis, para reunir no próximo dia 10 de Dezembro de 2016 (sábado), pelas 17h00, na sede, sita na Rua Irmãos Bandeira, nº 3, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto único – Eleição dos órgãos da Secção de Góis

- a) Mesa da Assembleia de Secção
- b) Comissão Política de Secção.

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Comissão Política Distrital, na sede distrital, sita na Rua Lourenço Almeida Azevedo, 16 - Coimbra, ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.
- As urnas estão abertas das 17h00 às 19h00

GONDOMAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Gondomar para reunir, no próximo dia 07 de Novembro de 2016 (segunda-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Rampa dos Combatentes da Grande Guerra, nº 31, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Informações
- 2 - Análise da situação política, nacional e local

LOURES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Loures para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 14 de Novembro de 2016 (segunda-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Rua Diogo Cão, nº 2 – Loja nº 4 – Santo António dos Cavaleiros, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 – Informações
- 2 - Análise da situação política local e nacional

PAREDES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Paredes, para reunir, em

sessão extraordinária, no próximo dia 03 de Dezembro de 2016 (sábado), pelas 15h00, na sede, sita na Rua 1º de Dezembro, 45, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto único – Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues na sede no horário normal de funcionamento ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.
- As urnas estão abertas das 15h00 às 20h00

RIO TINTO / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Rio Tinto para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 05 de Dezembro de 2016 (segunda-feira), pelas 21h00, na sede de secção de Gondomar, sita na Rampa dos Combatentes da Grande Guerra, nº 31, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Análise da situação política
- 2 - Outros assuntos

SALVATERRA DE MAGOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Salvaterra de Magos, para reunir no próximo dia 18 de Novembro de 2016, (sexta-feira) pelas 21h00, na sede sita, na Rua Dr. Miguel Bombarda, 8 - 1º Esq, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Análise da situação Política local.
- 2 - Outros assuntos

SETÚBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Setúbal para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 18 de Novembro de 2016 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Rua Rodrigues de Freitas, 23 – 1º Esq., com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Informações
- 2 - Análise da situação político-partidária

**VILA DO CONDE
ALTERAÇÃO DE DATA**

A Assembleia da Secção de Vila do Conde, foi alterada para o próximo **dia 11 de Novembro de 2016**, (sexta-feira) pelas 21h30, na Sala Dr. Orlando Taipa, da sede da Secção, sita na Praça da República, nº 7.



ÉVORA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e demais Regulamentos da JSD, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Évora para reunir no dia 3 de Dezembro de 2016 (sábado), pelas 16h, na Sede do PSD Distrital de Évora, sita na Rua Cândido dos Reis, nº 48, em Évora, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política Concelhia da JSD Évora.

Notas:

- As listas concorrentes deverão ser entregues na Sede do PSD Distrital de Évora, que para o efeito se encontrará aberta, à Presidente da Mesa do Plenário Concelhio ou a quem a possa estatutariamente substituir, até às 23h59m do 3.º dia anterior ao acto eleitoral.
- As urnas estarão abertas entre as 16h e as 18h.

NISA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convocam-se os militantes da Concelhia de Nisa para reunir em plenário no dia 3 de dezembro de 2016 (sábado), pelas 17h na sede do PSD, sita no Largo Heliodoro Salgado, n.º 5, Nisa, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política Concelhia da JSD.

NOTA:

As urnas estarão abertas entre as 17h00m e as 19h00m.

As listas candidatas deverão ser entregues na morada acima indicada, ao Presidente da Mesa Distrital, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23:59 horas do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

TROFA

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da JSD concelhia da Trofa para reunir no próximo dia 2 de Dezembro de 2016, pelas 21:30, na Sede Concelhia do PSD, na Rua Camilo Castelo Branco, 233 Trofa, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da mesa do plenário e da comissão política concelhia

NOTAS:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia da JSD DISTRICTAL do Porto, ou a quem o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

O acto eleitoral decorrerá entre as 21:30 e as 22:30 horas.

CONSELHO DISTRICTAL DA JSD ÉVORA

Nos termos dos Estatutos e Regulamento Eleitoral da JSD, convocam-se os Plenários Concelhios da JSD do Distrito de Évora para reunir nas datas, locais e horários indicados, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição dos delegados distritais ao Congresso Distrital da JSD Évora, que se realizará no dia 17 de Dezembro de 2016.

Nota:

As listas concorrentes deverão ser entregues em duplicado na Sede do PSD Distrital de Évora, que para o efeito se encontrará aberta, à respectiva Presidente de Mesa do Conselho Distrital ou a quem a possa estatutariamente substituir, até às 23h59m do 3.º dia anterior ao acto eleitoral.

Dia 3 de Dezembro de 2016 – Urnas abertas entre as 16h e as 18h

Évora – Rua Cândido dos Reis, nº 48;

Vendas Novas – Rua da Azinheira, nº 8.

Vila Viçosa – Rua Cândido dos Reis, nº 48 (Sede PSD Distrital).

CONGRESSO DISTRICTAL DA JSD ÉVORA

Nos termos dos Estatutos e Regulamento do Congresso Distrital da JSD Évora, convoca-se o Congresso Distrital da JSD Évora, com a ordem de trabalhos e normas eleitorais constantes no referido regulamento, a decorrer no dia 17 de Dezembro de 2016, na Sede do PSD Distrital de Évora, sita na Rua Cândido dos Reis, nº 48, pelas 14h30.

Nota:

As listas concorrentes deverão ser entregues em duplicado na Sede do PSD Distrital de Évora, que para o efeito se encontrará aberta, à Presidente da Mesa do Congresso Distrital ou a quem a possa estatutariamente substituir, até às 23h59m do 3.º dia anterior ao acto eleitoral.



REGULAMENTO

CONGRESSO DISTRITAL DA JSD ÉVORA

CAPÍTULO 1 | DO PRESENTE REGULAMENTO

Artigo 1º (Objecto)

O presente Regulamento visa dar cumprimento ao disposto na alínea f) do Artigo 61º dos Estatutos Nacionais da JSD, disciplinando o funcionamento do Congresso Distrital da JSD Évora.

Artigo 2º (Definição)

O Congresso Distrital é o órgão máximo representativo de todos os militantes da JSD, inscritos na circunscrição territorial Distrital, conforme definido nos estatutos da JSD.

CAPÍTULO 2 | DO CONGRESSO DISTRITAL E SEUS MEMBROS

Artigo 3º (Competências)

É da responsabilidade do Congresso Distrital:

- A eleição da Mesa do Conselho Distrital/Mesa do Congresso Distrital, bem como da Comissão Política Distrital;
- A definição da política e linhas gerais de actuação dos órgãos distritais, através da aprovação de moções de estratégia global e de moções sectoriais.

Artigo 4º (Composição e Direitos de Voto)

1 - Compõem o Congresso Distrital, com direito a voto

- O Presidente e o Secretário-Geral da Comissão Política Distrital;
 - Os Presidentes das Comissões Políticas Concelhias regularmente eleitas e em exercício de funções, com a possibilidade de delegação prevista na al. b) do Artigo 27º do Regulamento Nacional dos Congressos e Conselhos Distritais da JSD, exercida mediante entrega da respectiva acta à Mesa do Congresso Distrital até ao início dos trabalhos;
 - Representantes das estruturas concelhias, denominados Delegados Residenciais, eleitos nos termos do Artigo seguinte.
- 2 - São ainda membros do Conselho Distrital, ainda que sem direito de voto:
- A Mesa do Conselho Distrital, que será também a Mesa do Congresso Distrital;
 - Os membros da Comissão Política Distrital;
 - Os membros do Conselho Distrital mencionados nas als. e), f), g), h), i), j), k), l) do Artigo 4º do Regulamento Nacional dos Congressos e Conselhos Distritais.
- 3 - A qualidade em que um Membro participa no Congresso Distrital é imutável durante o decurso do mesmo.
- 4 - Competirá à Mesa do Conselho Distrital verificar a existência do quórum, designadamente verificando a qualidade dos presentes.

Artigo 5º (Eleição de Delegados Residenciais e Elaboração do Rateio)

1- A eleição dos Delegados Residenciais atribuídos a cada Concelhia através da aplicação do Método de Hondt, após atribuição automática de 1 delegado a cada Concelhia, assegurando-se o disposto no nº3 do Artigo. 27º dos Estatutos Nacionais da JSD no que respeita ao número mínimo 15 militantes inscritos, para que se considere uma unidade territorial municipal como Concelhia da JSD, rege-se pelo disposto no Regulamento Eleitoral com as seguintes ressalvas:

- As eleições dos Delegados são marcadas pela Mesa do Conselho Distrital e convocados pelo seu Presidente;
- Os actos eleitorais deverão ocorrer com a maior simultaneidade possível;

c) Até ao 5º dia posterior à publicação das convocatórias, o Presidente da Comissão Eleitoral Independente da JSD remeterá à Mesa do Conselho Distrital a indicação do número de militantes de cada concelhia do distrito.

d) Com base nesta indicação, a Mesa procederá ao rateio pelas concelhias e, até ao décimo dia posterior à publicação da convocatória, comunicará ao Presidente da CEI da JSD e às Mesas dos Plenários Concelhios o número de delegados a eleger em cada concelhia, admitindo-se para este efeito o uso dos meios de comunicação electrónica oficialmente inscritos nos serviços da JSD.

e) Caso alguma concelhia não proceda à eleição dos seus delegados por qualquer motivo serão os seus delegados redistribuídos tendo por base o mesmo critério.

Artigo 6º (Direitos dos Membros)

Constituem direitos dos Membros do Congresso Distrital:

- Apresentar requerimentos, propostas e moções sectoriais;
- Apresentar moções de estratégia global nos termos do Presente Regulamento;
- Interpelar e pedir esclarecimentos à Mesa do Congresso;
- Participar nas discussões e votações;
- Interpelar os órgãos Distritais;
- Usar do direito de resposta, quando visados;
- Apresentar declaração de voto por escrito, para constar em acta.

Artigo 7º (Deveres dos Delegados)

Constituem deveres dos Conselheiros:

- Comparecer ao Congresso Distrital com pontualidade e proceder à sua inscrição/credenciação;
- Participar nas votações;
- Respeitar a dignidade do Congresso Distrital e dos seus membros;
- Observar a ordem e a disciplina fixadas no Regulamento e acatar a autoridade do Presidente da Mesa do Congresso Distrital ou de quem o substitua nessas funções;
- Contribuir pela sua diligência, para a eficácia dos trabalhos e o prestígio do Congresso Distrital, e em geral, para a boa imagem da JSD.
- Abster-se do uso de expedientes dilatatórios, ou requerimentos extemporâneos, inapropriados ou desproporcionais.

Artigo 8º (Participantes e Observadores)

1 - O Congresso Distrital, a requerimento da CPD ou do próprio, poderá conferir o estatuto de participante a militantes ou personalidades, cuja intervenção nos trabalhos considere relevante, nomeadamente membros de órgãos e estruturas de apoio à CPD e Presidentes de Associações Académicas ou de Estudantes do Distrito.

2 - A qualidade referida no número anterior pode ser atribuída no todo ou em parte das reuniões e confere aos visados o direito ao uso da palavra.

3- O Congresso Distrital poderá igualmente admitir a presença de observadores sem direito ao uso da palavra.

CAPÍTULO 3 | DOS TRABALHOS

Artigo 9º (Data e Hora)

O Congresso Distrital da JSD Évora decorrerá no dia 17 de Dezembro de 2016, na Sede do PSD Distrital de Évora, sita na Rua Cândido dos Reis, nº48, com início às 14h30.

Artigo 10º (Quórum)

1 - O Congresso Distrital reunirá à hora marcada desde que se encontrem presen-

tes mais de metade dos seus membros ou meia hora depois da hora marcada com a presença de qualquer número de membros.

2 - A existência de eventuais interrupções ou pausas por necessidades alimentares, de descanso ou manutenção da ordem, não implicam nova verificação de quórum.

3 - No que diz respeito aos delegados ao Congresso, não é admitida a delegação de poderes para nenhum efeito ou qualquer forma de substituição, mesmo que parcial.

4 - Exceptua-se do exposto o caso da substituição de um Delegado pelo membro seguinte da lista (ou suplente), desde que comunicada à Mesa do Conselho Distrital até ao início dos trabalhos.

Artigo 11º (Funcionamento)

O funcionamento do Congresso Distrital, em tudo o que não contrarie a sua natureza ou o Presente Regulamento rege-se pelos termos que regulam os Conselhos Distritais.

Artigo 12º (Ordem de trabalhos)

- Abertura e Boas vindas;
- Apreciação do Mandato Distrital (2014/2016);
- Apresentação das Moções Sectoriais;
- Apresentação das candidaturas à Comissão Política Distrital da JSD Évora e das suas moções de estratégia global;
- Eleição dos Órgãos Distritais: mandato 2016/2018 e aprovação da moção de Estratégia Global - Urnas abertas entre as 16h e as 18h;
- Votação das Moções Setoriais e aprovação de militantes honorários;
- Tomada de Posse dos Órgãos, após apuramento e publicitação dos resultados;
- Encerramento.

Artigo 13º (Uso da Palavra)

A palavra será concedida aos Conselheiros para os seguintes efeitos:

- a) Apresentar propostas e moções, dispondo de um máximo de dez minutos, e de mais cinco minutos no fim da discussão;
- b) Exercer o direito de resposta, sem exceder os três minutos;
- c) Participar nos debates, tendo direito a cinco minutos de intervenção;
- d) Interpelar os órgãos distritais, sem exceder os três minutos;
- e) Invocar o Regulamento e interpelar a Mesa;
- f) Apresentar requerimentos, protestos, contraprotostos e formular votos;
- g) Apresentar recursos, sem exceder os três minutos;
- h) Pedir ou dar esclarecimentos, sem exceder os três minutos.
- i) A Mesa retirará a palavra ao orador que ultrapasse o tempo limite ou que desrespeite o Regulamento, e ainda quando o discurso se torne ofensivo ou se desvie do objecto do pedido de uso da palavra.
- j) A Mesa pode restringir o tempo dos oradores de forma equitativa, tendo em consideração o tempo disponível.

Artigo 14º (Competências da Presidente da Mesa)

Compete à Presidente da Mesa:

- a) Presidir ao Congresso Distrital, declarar a sua abertura, suspensão e encerramento e dirigir os respectivos trabalhos;
- b) Admitir ou rejeitar requerimentos, propostas e moções, verificada a sua regularidade regimental, sem prejuízo do direito de recurso para o Congresso Distrital;
- c) Conceder a palavra aos delegados e aos participantes;
- d) Colocar à discussão as propostas e as moções admitidas;
- e) Colocar à imediata votação, todos os requerimentos admitidos;
- f) Manter a ordem durante os trabalhos, podendo para isso tomar as medidas que entender por convenientes, designadamente advertindo o orador que esteja fora de ordem ou retirando-lhe a palavra;
- h) Assegurar o cumprimento de todas as disposições legais, bem como decisões do Congresso Distrital ou da sua Mesa.

Artigo 15º (Competências dos Vice-Presidentes da Mesa)

Compete aos Vice-Presidentes:

- a) Substituir o Presidente na sua ausência ou impedimento;
- b) Coadjuvar o Presidente no desempenho das suas funções;
- c) Desempenhar as funções que lhes sejam delegadas.

Artigo 16º (Competências dos Secretários da Mesa)

Compete aos Secretários:

- a) Proceder à conferência das presenças, assim como verificar o quórum e registar as votações;
- b) Organizar as inscrições dos Membros ou Participantes que pretendam usar da palavra;
- c) Fazer as leituras indispensáveis dos documentos, durante as reuniões;
- d) Ajudar os restantes membros da Mesa no desempenho das suas funções;
- e) Servir de escrutinador;
- f) Elaborar as actas.

CAPÍTULO 4 | DAS MOÇÕES E CANDIDATURAS

Artigo 17º (Moções de Estratégia Global)

1 - Os candidatos a Presidente da Comissão Política Distrital – e apenas estes - devem no mesmo prazo de apresentação das candidaturas submeter uma Moção de Estratégia Global por si subscrita em nome individual ou da lista que representa, onde constem o seu Programa, Linhas Gerais de Actuação, Prioridades e Princípios ou outros elementos que o Subscritor entenda fazer constar.

Esta apresentação não deverá ultrapassar os 25 minutos.

2 - Não há requisitos de forma ou limitações de qualquer natureza ao conteúdo destas Moções

3 - As moções de Estratégia Global poderão ter um título, sem que tal seja obrigatório, e a sua identificação pode incluir referência a uma lista ou lema ou localidade.

4 - Considera-se aprovada a Moção de Estratégia Global da lista mais votada à Comissão Política Distrital.

Artigo 18º (Moções Sectoriais)

1 - As moções sectoriais dizem respeito a temas específicos, regiões em concreto, eventos ou problemáticas políticas cujo tratamento possa ser individual e autónomo e poderão ser subscritas e apresentadas por qualquer membro do Congresso Distrital, estando vedadas portanto aos participantes ou observadores.

2 - Se aprovadas, e não contendendo com a Moção de Estratégia Global vencedora, as moções sectoriais devem ser entendidas pela Comissão Política Distrital vencedora como orientações do Congresso Distrital, a executar nos moldes possíveis.

Artigo 19º (Apresentação e Poder de Disposição sobre as Moções Sectoriais)

Os subscritores de moções sectoriais poderão indicar quem fará a sua apresentação e poderão retirar as Moções até ao momento em que se inicie a votação das mesmas, acontecendo o mesmo no caso de se tratar de Moções de autoria de Comissões Políticas Concelhias.

Artigo 20º (Candidaturas aos Órgãos Distritais)

As Listas devem ser apresentadas até às 23.59 horas do 3º dia anterior ao da realização do Congresso Distrital, à Presidente da Mesa do Congresso Distrital ou a quem esta delegar e a possa substituir, nos termos do disposto no Regulamento Eleitoral da JSD, na sede do PSD Distrital de Évora.

Artigo 21º (Distinções Honorárias Distritais)

1 - O Conselho Distrital pode atribuir a distinção de Presidente Honorário da JSD Distrital a antigos Presidentes da Comissão Política Distrital da JSD ou do PSD, que se tenham notabilizado excepcionalmente no exercício das suas lideranças, pelo serviço prestado aos jovens do Distrito, e pela promoção dos ideais da JSD.

2 - A distinção de Militante Honorário Distrital atribuída aos antigos dirigentes distritais da JSD que tenham, ao serviço da JSD e dos jovens do Distrito, contribuído de forma e mérito excepcional para a promoção do ideário da JSD.

3 - Estas deliberações são tomadas por voto secreto, sob proposta da CPD, da Mesa do Conselho Distrital ou de três Comissões Políticas Concelhias.

4 - A perda da distinção de Militante Honorário da JSD será deliberada pelo Congresso Distrital, por maioria absoluta dos conselheiros presentes, em caso de grave desconsideração pelos jovens do respectivo Distrito, de afronta pública à JSD ou de desprestígio manifesto.

CAPÍTULO 5 | DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 22º (Lacunas)

A integração de lacunas, bem como a resolução das dúvidas suscitadas pela interpretação de qualquer norma do presente Regulamento, far-se-á recorrendo, em primeiro lugar, à analogia com as disposições dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Nacional dos Conselhos e Congressos Distritais, em segundo lugar ao normativo do PSD e em terceiro lugar à lei geral subsidiariamente aplicável.

Artigo 23º (Entrada em vigor)

Aprovado pelo Conselho Distrital da JSD Évora no dia 22 de Outubro de 2016.

O presente regulamento entra em vigor imediatamente com a sua aprovação e publicação em Povo Livre.